



Sociólogo defende constituição “blindada” contra condicionismos externos

Troika coloca em “perigo” modelo social do país

Justiça Boaventura de Sousa Santos alerta para passagem de um Estado “protector” a Estado “repressivo”

Patrícia Isabel Silva

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos considera que a «constitucionalidade da Troika» está a colocar em «perigo» o modelo social democrático do país, invertendo todas as hierarquias. Numa altura em que se assiste ao que o presidente do Observatório Permanente da Justiça define como «desmantelamento do estado de bem-estar», é a própria democracia que pode sofrer consequências, considera.

Ao intervir no “Ciclo de Conferências Cidadania e Desenvolvimento: A Governação e a Organização do Sistema da Justiça”, com a conferência sobre “O que seria uma revolução democrática da Justiça?”, Boaventura de Sousa Santos aler-

tou para o facto de Portugal estar a viver uma realidade social que «é um pesadelo». «O que é este país onde 100 mil jovens estão a emigrar?», questionou, certo que parte da solução futura estará em «blindar a constituição contra os condicionismos dos capitais internacionais».

Traçado o cenário, o sociólogo define uma agenda política, mesmo sabendo que muito do que defende até pode ser utópico. «Se a realidade é um pesadelo não basta acordar, é preciso caminhar», até porque, alertou, «se continuarmos como estamos, o Estado deixa de ser protector e vai ser mais repressivo», avançando com a «criminalização do direito social», onde a única eficiência que importa é a económica.

Emerge, portanto, a necessidade de formar magistrados com «sensibilidade social» e atentos aos direitos humanos e a uma cultura de cidadania, defende.

Isto numa altura em que o acesso à justiça em Portugal está «numa fase de retrocesso», criticou. É «cara» e «está a tornar-se mais distantes dos cidadãos», alertou o professor jubilado da Faculdade de Economia de Coimbra, considerando que estamos perante «uma das questões mais fundamentais da revolução democrática da Justiça». Outra passa pela organização e gestão dos tribunais, que, na óptica do sociólogo, são geridos de «forma amadorística» e ainda assentes num espírito burocrático que importa inverter. ◀